

Curriculum vitae do

Professor Doutor Fausto de Quadros

1. Dados pessoais

Tem nacionalidade portuguesa.

2. Carreira académica e científica

É Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Licenciou-se em Direito em 1966. Concluiu o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas (equivalente ao atual Mestrado) em 1967. Prestou provas de doutoramento em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, em 1985. Foi contratado como Professor Auxiliar em 1986. Foi aprovado em concurso para Professor Associado em 1988. Prestou provas de Agregação em 1998. Foi aprovado em concurso para Professor Catedrático em 1999. Jubilou-se em 2014. Todos os graus e títulos académicos foram obtidos em provas públicas prestadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e por unanimidade.

Iniciou em 1969 a sua carreira docente como Assistente, com encargos de regência, do Departamento de Direito do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF, hoje ISEG), onde se manteve até 1977. Nesse ano foi admitido, por concurso público, como Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas menções de Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Económicas, tendo optado pela primeira.

De 1968 a 1971 prestou serviço militar obrigatório na Reserva Naval.

Como bolseiro da Fundação alemã Alexander von Humboldt foi, de 1979 a 1981, Investigador no Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Munique e no Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e para o Direito Internacional, de Heidelberg. Continuou ligado a essas duas instituições com tarefas de ensino e de investigação.

Foi Professor Visitante, ao nível de pós-graduação e doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade Robert Schuman, de Estrasburgo, inclusive no seu Institut d'Hautes Études Européennes.

Teve encargos de docência, fez parte de júris de provas académicas e participou em Conferências e Colóquios Internacionais não só em diversas Universidades portuguesas como em muitas Universidades estrangeiras, como por exemplo, as Universidades de Munique, Heidelberg, Hamburgo, Columbia, Nova Iorque, Berkeley, Washington, Florida, Complutense de Madrid, Barcelona, Salamanca, Santiago de Compostela, Corunha, Valladolid, Sevilha, Montpellier, Paris-Assas, Metz, Nancy, Florença, Sapienza (Roma), Copenhaga, Utreque, Amesterdão, Leyden, Tilburg, Belo Horizonte, Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Macau, Hong-Kong, Shangai, Goa, Nova Deli, Agostinho Neto (Luanda), Bucareste, Praga, Varsóvia, Cracóvia.

Desempenhou na Universidade de Lisboa os cargos de vogal da Assembleia da Universidade e do Senado da Universidade. Na respetiva Faculdade de Direito, foi Vogal da antiga Assembleia de Representantes, Presidente do Conselho de Escola, Vogal do Conselho Científico, da respetiva Comissão Coordenadora e da Comissão Permanente, Presidente das Comissões de equivalências de disciplina e de grau, fundador e Vice-Presidente, durante vinte anos, do Instituto Europeu, fundador, Presidente e Vice-Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, bem como Presidente da sua Assembleia Geral, por encargo do Conselho Científico introduziu a Faculdade em 1993 no programa Erasmus da Comissão Europeia, que coordenou até 1996. Ao abrigo de Protocolos celebrados pela Faculdade de Direito teve encargos de docência e de coordenação científica no Mestrado de Planeamento Regional e Urbano da ex-Universidade Técnica de Lisboa e na Licenciatura em Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Durante os vinte anos em que, como se disse, foi Vice-Presidente do Instituto Europeu, teve a seu cargo a coordenação académica do ensino e da investigação naquele Instituto, designadamente do Curso anual de Pós-Graduação em Estudos Europeus, com uma Vertente Jurídico-Política e outra Jurídico-Económica. Ao longo desses vinte anos (de 1986 a 2006) frequentaram essa Pós-Graduação mil e quinhentos Licenciados de quinze nacionalidades, entre os quais os primeiros especialistas portugueses e espanhóis em integração europeia, que depois ocuparam cargos dirigentes na Administração Pública portuguesa e espanhola e nos órgãos e nas instituições europeias.

Áreas em que ensinou, em que tem obra publicada, em que orientou ou coordenou projetos de investigação e em que fez parte de júris académicos, em Portugal e no estrangeiro: Direito Constitucional Nacional, Europeu e Global, Direito Administrativo Nacional, Europeu e Global, Direito Administrativo Geral e Especial (incluindo, entre outras matérias, contratos públicos, concessões, subconcessões, expropriações, nacionalizações, privatizações e reprivatizações, servidões e outras onerações públicas, domínio público marítimo e domínio hídrico, portos, Função Pública, Direito Administrativo Económico, Financeiro, Social, Cultural e da Saúde), Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direitos do Homem, História do Direito, Direito (Nacional e Internacional) da Propriedade Privada e do Investimento Estrangeiro, Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Direito (Nacional, Europeu e Internacional) do Ambiente, Direito Nacional e Europeu da Concorrência (incluindo, ajudas do Estado e *golden shares*), Direito da Organização Mundial do Comércio, Globalização Económica e Jurídica, Arbitragem Nacional e Internacional, Direito Nacional, Europeu e Internacional da Energia (incluindo Direito do Petróleo, do Gás e das Energias Renováveis, assim como o Tratado da Carta da Energia), Direito do Mar e dos Rios Internacionais, Direito do Jogo.

De 1987 a 1994 foi, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e por designação do respetivo Conselho Científico, Vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo do Estado-Maior da Armada e, nessa condição, teve participação ativa em muitos procedimentos administrativos de delimitação do domínio público marítimo e no processo legislativo nessa matéria.

Foi presidente ou só vogal de muitos júris, nacionais e internacionais, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, de concursos para a concessão de bolsas de estudo a doutorandos ou pós-doutorados, portugueses ou estrangeiros, no estrangeiro ou em Portugal. Fez parte de júris para a admissão de Juizes-Conselheiros para o Supremo Tribunal Administrativo. Fez parte de diversos júris internacionais de concursos para a admissão de juristas para órgãos e instituições do Conselho da Europa, das Comunidades Europeias e da União Europeia, alguns dos quais tiveram lugar antes da adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Fez parte de vários júris de concursos para a admissão de adidos da embaixada, abertos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Foi Titular ou Coordenador de várias Cátedras e outros Programas Jean Monnet por distinção concedida pela Comissão Europeia. Atualmente é Titular de uma Cátedra Jean Monnet *ad personam* em Direito

Constitucional Europeu – União Política. De 2014 a 2017 foi Coordenador, em colaboração com o Professor Dusan Sidjkanski, da Universidade de Genebra, de um Programa de Investigação Jean Monnet, a nível mundial, intitulado “*How shall Europe recover of the economic and financial crisis by the deepening of the European Union?*”. De 2010 a 2013 foi co-Coordenador de um Programa de Investigação conjunto dos Centros de Excelência Jean Monnet das Universidades Complutense de Madrid, Lisboa e Pisa sobre o tema “*The European Integration and the Social Market Economy*”. De 2010 a 2015 foi Diretor e Coordenador Académico do Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa, concedido pela Comissão Europeia, subordinado ao tema geral “*A União Europeia após o Tratado de Lisboa, o diálogo intercultural e a globalização*”. Foi ainda, de 2010 a 2013, Titular de um Módulo Jean Monnet sob o título “*Democracia, Cidadania, e Direitos Fundamentals em Direito Europeu e Direito Comparado*”. E, por encargo da Comissão Europeia, organizou e coordenou a Conferência Internacional Jean Monnet que, em 2011, teve lugar em Lisboa, na Reitoria da Universidade de Lisboa, sobre o tema “*Higher Education in the Framework of the 2020 European Union Strategy*”.

De 2005 a 2016 foi membro do Conselho Superior do Instituto Universitário Europeu, de Florença, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Presidiu àquele órgão, em representação do Estado Português, de 2005 a 2006.

É Investigador Integrado Emérito do Lisbon Public Law Research Centre.

É membro do Conselho Científico do Centre des Compétences Dusan Sidjanski en études européennes, da Universidade de Genebra.

Foi ou é associado de várias associações científicas, como, por exemplo, o Institut International de Droits de l’Homme (Institut René Casin), Paris/Estrasburgo, a Fondation Européenne de Culture, a Fondation Jean Monnet pour l’Europe, o Institut International des Sciences Administratives e a sua Secção Portuguesa, a Heidelberger Gesellschaft für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (Associação de Heidelberg para o Direito Público Comparado e o Direito Internacional), o Foro Ibero-Americano de Direito Administrativo (FIDA), a Societas Iuris Publici Europaea (SIPE), a ECSA – Portugal (Associação de Estudos sobre as Comunidades Europeias e a União Europeia – Secção Portuguesa), a Associação Portuguesa de Direito Europeu (filiada na FIDE), o Clube Humboldt de Portugal (Associação de antigos bolseiros da Fundação Alexander von Humboldt). É Presidente da Assembleia Geral do Clube Humboldt de Portugal e Vice-Presidente da Direção da ECSA – Portugal.

É também associado do Movimento Europeu (Secção Portuguesa) e do Center for European Studies.

3. Participação em processos de revisão constitucional, em reforma legislativa, em reforma administrativa, em atividade diplomática e na elaboração ou revisão de tratados internacionais ou europeus

Foi ouvido pela Comissão Eventual de Revisão Constitucional sobre as revisões da Constituição da República de 1989, 1992, 1997 e 2004.

Foi coautor de alguns diplomas básicos ou participou ativamente na definição de alguns regimes jurídicos fundamentais para a Democracia portuguesa: por exemplo, a Lei das Autarquias Locais, de 1977; o regime jurídico da concessão a privados da gestão de empresas públicas, em 1978, não concluído por mudança de governo; o regime jurídico da concessão da exploração por entidades não públicas de um canal da RTP, em 1981; o Código Administrativo de 1982-83, não concluído por mudança de Governo, e onde lhe ficara distribuída, entre outras tarefas, a redação do projeto do estatuto da região administrativa; o regime jurídico das fundações de Direito Público e das fundações de Direito Privado e utilidade pública, em 1988; o regime jurídico das privatizações e reprivatizações, na sequência da revisão constitucional de 1989; o Contencioso Administrativo, de 2002-2004; a Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das demais entidades públicas, de 2007. Presidiu à Comissão que entre 2012 e 2015 procedeu à revisão do Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Fez parte da Comissão Consultiva do Primeiro-Ministro para a Integração Europeia, que foi criada em 1991 para aconselhar o Governo na Conferência Intergovernamental que negociou o Tratado de Maastricht e para acompanhar a primeira presidência portuguesa das Comunidades Europeias, no primeiro semestre de 1992. Nesse âmbito, em colaboração com os Serviços Jurídicos do Conselho e da Comissão, participou na redação dos Tratados UE e CEE saídos da revisão de Maastricht, bem como de alguns outros importantes textos elaborados pelo Conselho, como, por exemplo, o reconhecimento dos novos Estados saídos do desmembramento da ex-União Soviética e da ex-Jugoslávia e a posição dos doze Estados membros relativamente ao referendo da Dinamarca sobre o Tratado de Maastricht que rejeitou aquele Tratado. Dentro do

mesmo âmbito e pela mesma altura participou na redação do projeto do Tratado da Carta da Energia.

Antes e depois de 1974, participou na elaboração ou na revisão de Estatutos de muitas empresas que passaram a ser, ou já eram, empresas públicas ou participadas, designadamente, CTT, TLP (antecessora da PT), Brisa, Caixa Geral de Depósitos, Arsenal do Alfeite, Teatro Nacional de São Carlos, Fábrica Nacional da Cordoaria.

De 1990 a 2008 foi Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Informação Jacques Delors de Portugal.

Elaborou em 1998 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em coautoria com Paulo Otero e Jorge Bacelar Gouveia, o estudo que veio resolver problemas externos e internos (inclusive, de contencioso internacional) relativos à execução por Portugal da Convenção de Montego Bay, de 1982, sobre o Novo Direito do Mar.

Em 2010 foi encarregado pelo Conselho de Ministros de coordenar a adaptação do regime português das *golden shares* ao Direito da União Europeia. Esse trabalho não teve seguimento com a mudança de orientação política do Estado Português na matéria.

4. Atividade de Jurisconsulto, Árbitro e Advogado

A pedido dos respetivos Parlamentos e Governos, aconselhou a Áustria e a Polónia na preparação da sua adesão à União Europeia. No que toca à Polónia, participou também na feitura de algumas leis básicas do País depois da sua democratização nos anos 90. Quanto à Áustria, teve a seu cargo também ações de formação de Diplomatas, Magistrados e Universitários daquele país em Integração Europeia.

Foi ouvido, por mais que uma vez, pela Comissão de Assuntos Jurídicos e pela Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

Entre 1984 e 1989 foi consultor da OCDE em matéria de reforma da Administração Pública de vários Estados Membros, tendo, nesse quadro, tomado parte em projetos concretos de reforma relativos a Portugal, à Holanda e ao Japão.

É Árbitro em litígios nacionais e internacionais. Faz parte da lista de Árbitros do ICSID ou CIRDI do Banco Mundial (Centro Internacional de Resolução de Litígios sobre Investimento), da Comissão Europeia, do CAESP-Conselho Arbitral do Estado de São Paulo, da CAMARB (Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil), da CAMFIEP (Câmara

de Arbitragem e Mediação-Brasil), da BAC/BIAC (Beijing Arbitration Commission e Beijing International Arbitration Center), do SIAC (Singapore International Arbitration Center), do Centro de Arbitragem do Ministério da Justiça de Angola, do Centro Angolano de Arbitragem, da Associação Portuguesa de Arbitragem, do Centro de Arbitragem Administrativa, de Portugal. É Associado do Comité Brasileiro de Arbitragem (CBAr).

Foi Árbitro do Tribunal Arbitral *ad hoc* do Mercosul, por indicação da República do Brasil, desde a sua criação até à instituição do Tribunal Permanente de Revisão, em Assunção.

Em 2008 foi proposto pelo Estado Português para Árbitro da União Europeia no Tribunal de Recurso (“Appellate Body”) da Organização Mundial do Comércio.

É Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados de Portugal. Tem advogado em tribunais nacionais e internacionais, inclusive junto do Tribunal de Justiça da União Europeia, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e de tribunais arbitrais internacionais.

5. Distinções honoríficas

É Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique, por distinção concedida pelo Presidente da República de Portugal.

6. Publicações científicas mais relevantes

- Lições:

- *Relações Económicas Internacionais*, síntese das lições proferidas ao Curso do 4º ano de Finanças do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa no ano letivo de 1972-1973, lições policopiadas, ed. da Associação de Estudantes, 1973 (estas lições incluem um Capítulo sobre as Comunidades Europeias, ao que se julga, pela primeira vez em Universidades portuguesas).

- *Direito das Comunidades Europeias*, sumários desenvolvidos das aulas dadas ao Curso do 5º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, menção de Ciências Jurídico-Políticas, no ano letivo de 1982-1983, dentro da disciplina de Direito Internacional Público II, ed. da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa, 1983 (foi a primeira vez que nesta Faculdade este ramo de Direito foi lecionado com autonomia e estes foram os primeiros sumários de Lições nesta matéria).

- *Manual de Direito Internacional Publico*, 3ª ed., em co-autoria com André Gonçalves Pereira, Coimbra, 1993 (13ª reimpressão, 2023).

- *Contencioso da União Europeia*, em co-autoria com Ana Martins, Coimbra, 2ª edição, 2007.

- *Droit de l'Union européenne – Droit constitutionnel et administratif de l'Union européenne*, Bruxelas, Bruylant, 2008 (reimpressão, 2010; na contracapa a editora publicou algumas recensões internacionais à 1ª edição portuguesa que a seguir se indica).

- *Direito da União Europeia – Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*, 3ª ed., Coimbra, 2013 (3ª reimpressão, 2021; a 1ª ed., de 2004, teve 4 reimpressões, a última, de 2012).

- Dissertações e trabalhos monográficos:

- *Os Conselhos de Disciplina na Administração Consultiva Portuguesa*, Lisboa, 1974 (separata de Boletim de Ciência e Técnica Fiscal, n.ºs 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163-164, 165-166, 167-168, 169-170, 171-172, Novembro de 1971 a Março – Abril de 1973) – com pequenas adaptações, dissertação apresentada no Curso Complementar de Ciências Político-Económicas (6º ano, equivalente ao atual Mestrado) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano letivo de 1966-67.

- *Direito das Comunidades Europeias e Direito Internacional Público – Contributo para o estudo da natureza jurídica do Direito Comunitário Europeu*, dissertação de doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1984, Coimbra, 1986 (reimpr. em 1991, 1999 e 2018). Esta dissertação foi objeto de recensão na *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, 1988, pg. 363.

- *A protecção da propriedade privada pelo Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 1998 (com resumo em inglês). A obra foi reimpressa em 2017 e contém na sua contracapa excertos de algumas das suas recensões, da autoria de grandes nomes da Ciência Jurídica internacional: ver <https://www.almedina.net/a-protec-o-da-propriedade-privada-pelo-direito-internacional-p-blico-1563793640.html>,

- *A nova dimensão do Direito Administrativo – O Direito Administrativo português na perspectiva comunitária*, Coimbra, 1999.
- *As relações externas de Portugal – Aspectos jurídico-políticos*, em co-autoria com Jorge Bacelar Gouveia, ed. reservada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001.
- *Portugal e o Direito do Mar*, em co-autoria com Paulo Otero e Jorge Bacelar Gouveia, ed. do Instituto Diplomático, Lisboa, 2004.

- Colaboração em enciclopédias:

- *Commentaire à la Constitution portugaise*, in Douze Constitutions pour une Europe, sob a direcção de E. Cerexhe e L. de Hardy de Beaulieu, ed. do Centre de Droit Regional da Faculdade de Direito de Namur (Bélgica), Bruxelas, 1994, pg. P-1.
- *Decolonization: Portuguese Territories*, in Rudolf Bernhardt (ed.), *Encyclopedia of Public International Law*, Oxford, tomo 10 (1987), pg. 93, e nova série, vol. I (1992), pg. 990.
- *Act of State Doctrine* (em co-autoria com J.H. Dingfelder Stone), in R. Wolfrum (ed.) *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Oxford, 12 vols., vol. I (2012), pg. 62.
- Foi coautor do Dicionário Jurídico da Administração Pública e da Polis-Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado.

- Principais artigos de revista e colaborações em obras coletivas:

Foi coordenador e coautor dos n.ºs 9 e 10 (1979) da revista *Democracia e Liberdade*, dedicados ao tema “Portugal e Europa”, e dos n.ºs 11 e 12 (1981) da mesma revista, dedicados ao tema “Uma nova Administração Pública para Portugal”.

- *Geschichte der Verwaltungsrechtswissenschaft in Europa – Stand und Probleme der Forschung: Portugal*, in Erk Volkmar Heyen (ed.), *Geschichte der Verwaltungsrechtswissenschaft in Europa – Stand und Probleme der Forschung*, in *Ius Commune*, Sonderheft (número monográfico) n.º 18 (1982), pg. 161.
- Foi responsável, de 1983 a 1985, pela série *Cadernos Europeus*, editada pelo Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, e coordenador dos primeiros quatro tomos daquela série: t.I – *Por que*

vamos entrar para a CEE?, Lisboa, 1ª ed., 1983, e 2ª ed., 1984, sendo um dos co-autores desse tomo; t. II – *Adesão de Portugal às comunidades Europeias: questões económicas*, Lisboa, 1984; t. III – *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: questões sociais*, Lisboa, 1985; t. IV – *Alargamento das Comunidades Europeias: análise da entrada da Espanha e de Portugal*, Lisboa, 1985.

- *Omissões legislativas sobre direitos fundamentais*, in Jorge Miranda (coordenador), *Nos dez anos da Constituição*, Lisboa, 1986, pg. 55.

- *The Portuguese Discoveries and their contribution for the Common European Heritage*, texto publicado pela Federal University of Florida, Miami, com base numa conferência proferida pelo autor naquela Universidade, Miami, 1987.

- *O concurso público na formação do contrato administrativo*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1987, pg. 701.

- *Recordando Jean Monnet*, ed. do autor, Lisboa, 1989 [palestra proferida na Câmara Municipal do Porto em 11 de Novembro de 1988 na sessão comemorativa do 100º aniversário do nascimento de Jean Monnet, organizada pelo Movimento Europeu (Secção Portuguesa), pela Fundação António de Almeida e pela Câmara Municipal do Porto].

- *O direito de reversão*, in *Direito e Justiça*, vol. V (1991), pg. 101.

- *Regras sobre a organização administrativa e as relações inter-orgânicas*, in Diogo Freitas do Amaral e Laureano López Rodó (dirs.), *Procedimiento administrativo*, ed. da Escola Galega de Administração Pública, Santiago de Compostela, 1994, pg. 45 (este trabalho foi publicado também em Portugal, in *Legislação*, revista do Instituto Nacional de Administração, Janeiro/Junho de 1994, pg. 111).

- *Das Subsidiaritätsprinzip im EG-Recht nach Maastricht*, in Tomuschat, Kötz and von Maydell (eds.), *Europäische Integration und nationale Rechtskulturen*, Colónia, 1994, pg. 335.

- *Der Minderheitenschutz im modernen Völkerrecht*, in *Festschrift Herbert Schambeck*, Berlim, 1994, pg. 853.

- *Das Regierungssystem in Portugal*, in *Symposium zum 60. Geburtstag von Peter Badura*, Tubinga, 1995.

- *La Convention Européenne des Droits de l'Homme: un cas de ius cogens regional?*, in *Festschrift Bernhardt*, Berlim, 1995, pg. 555.

- *O princípio da subsidiariedade no Direito Comunitário após o Tratado da União Europeia*, Coimbra, 1995 (reimpr. em 2023).

- *Da sucessão das entidades colectivas na titularidade de licenças de utilização privada do domínio público*, em co-autoria com Paulo Otero, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1995, pg. 613.
- *Europäische Integration und nationales Verfassungsrecht in Portugal*, in Battis, Tsatsos, Stefanou (eds), *Europäische Integration und nationales Verfassungsrecht*, Baden-Baden, 1995, pg. 375.
- *Direito das Expropriações, Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente: algumas questões fundamentais*, in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 1995-4, pg. 147.
- *Os exclusivos no Direito Administrativo português e a sua conformidade com o Direito Comunitário*, em co-autoria com J. M. Albuquerque Calheiros, in *Revista da Ordem dos Advogados*, 1995, pg. 1.049.
- *Les privatisations au Portugal et l'intégration européenne*, in *La revue – Actualités des services publics en Europe*, 1995, pg. 51.
- *Fortschritte und Entwicklungsmöglichkeiten der Verwaltungsverfahrenskodifikation in Portugal*, in Österreichische Gesellschaft für Gesetzgebungslehre (Associação Austríaca para a Teoria da Legislação) (ed.), *Fortschritte und Entwicklungsmöglichkeiten der Verwaltungsverfahrenskodifikation*, Viena, 1999.
- *Responsabilidade dos poderes públicos no Direito Comunitário: responsabilidade extracontratual da Comunidade Europeia e responsabilidade dos Estados por incumprimento do Direito Comunitário*, in III Colóquio Hispano-Luso de Professores de Direito Administrativo – La responsabilidad patrimonial de los poderes publicos, Cortes de Castela, Valladolid, 1999, pg. 137.
- *Algumas considerações gerais sobre a reforma do Contencioso Administrativo em Portugal. Em especial, as providências cautelares*, in Ministério da Justiça (ed.), *Reforma do Contencioso Administrativo, trabalhos preparatórios – O Debate Universitário*, vol. I, Lisboa, 2000, pg. 151.
- *Timor e o Direito Internacional*, in Jorge Miranda (org.), *Timor e o Direito*, ed. da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2000, pg. 7.
- *Serviço público e Direito Comunitário*, in Estudos Manuel Gomes da Silva, Coimbra, 2001, pg. 641.
- *Empreitadas de obras públicas*, em co-autoria com Diogo Freitas do Amaral e J.C. Vieira de Andrade, Coimbra, 2001.

- *O carácter self-executing de disposições de tratados internacionais. O caso concreto do Acordo TRIP*, in Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, 2001, pg. 1269.
- *L'influence de la Convention européenne des droits de l'homme sur les États tiers, anciennes dépendances belges, danoises, espagnoles, françaises, italiennes, néerlandaises et portugaises*, in J.-F. Flauss (dir.), *L'influence de la CEDH sur les États tiers*, Bruxelles, 2002, pg. 15.
- *A responsabilidade civil extracontratual do Estado – problemas gerais*, in Ministério da Justiça (ed.), *Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado - Trabalhos preparatórios da reforma*, Coimbra, 2002, pg. 53.
- *A responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública*, (coord.), Coimbra, 2^a ed., 2004.
- *Einige Gedanken zum Inhalt und zu den Werten der europäischen Verfassung*, in Festschrift Peter Badura, 2004.
- *Conteúdo e valores da Constituição Europeia*, in Uma Constituição para a Europa, Colóquio Internacional de Lisboa organizado em Maio de 2003 pelo autor em colaboração com o Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Goethe-Institut de Lisboa, o British Council e o Institut Franco-Portugais, Coimbra, 2004, pg. 189.
- *Constituição europeia e Constituições nacionais*, in *O Direito*, 2005/IV-V, pg. 687.
- *O acto administrativo comunitário*, in Colaço Antunes e Sainz Moreno (coords.) *Colóquio Luso-Espanhol – O acto no contencioso administrativo*, Coimbra, 2005, pg. 63.
- *A europeização do Contencioso Administrativo*, in Estudos Marcello Caetano pelo 100º aniversário do seu nascimento, Coimbra, 2006, pg. 385.
- *A participação do Inocêncio Galvão Telles no caso do direito de passagem por território indiano*, in Estudos Inocêncio Galvão Telles – 90 anos, Coimbra, 2007, pg. 391.
- *L'effet de la supranationalité dans la séparation horizontale des pouvoirs*, in H. Bauer e A. D'Atena (eds.), *The impact of supranationality on the separation of powers*, SIPE 2, ed. trilingue, Berlim, 2007.
- *Como ensinar Direito em Portugal XXI. Algumas reflexões*, in Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Coimbra, 2008, pg. 879.

- *Global Law, Plural Constitutionalism and Global Administrative Law*, in Javier Robalino-Orellana e Jaime Rodriguez-Arana Muñoz, *Global Administrative Law – Towards a Lex Administrativa*, Londres, 2010, pg. 329.
- *A relevância para o contencioso administrativo nacional do ato administrativo comunitário e do administrativo nacional contrário ao Direito da União Europeia*, in *Liber amicorum* Freitas do Amaral, Coimbra, 2010, pg. 1027.
- *Avaliação global do sistema orgânico e institucional da União Europeia após o Tratado de Lisboa*, in Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ed.), *O Tratado de Lisboa*, Coimbra, 2010, pg. 33.
- *A Arbitragem em Direito Administrativo*, in Nuno de Villa-Lobos e Mónica Brito Vieira (org.), *Mais Justiça Administrativa e Fiscal – Arbitragem*, Coimbra, pg. 103.
- *Der Einfluss des Grundgesetzes auf die portugiesische Verfassung aus der Sicht eines portugiesischen Verfassungsrechtlers*, in *Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart*, 58 (2010), pg. 41, e também in Peter Häberle (ed.), *60 Jahre deutsches Grundgesetz*, Tübingen, 2012, pg. 247.
- *Vinte e cinco anos de aplicação do Direito da União Europeia em Portugal*, in *Europa: novas fronteiras*, Lisboa, 2010.
- *Asia and Europe – A Reflection on the Cooperation between the two Continents 50 Years after the arrival of Afonso de Albuquerque to Goa*, Salgaokar Law College, Goa, India, and Cambridge University, 2012.
- *Arbitragem “necessária”, “obrigatória”, “forçada”*: breve nótula sobre a interpretação do artigo 182º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, in *Estudos Miguel Galvão Teles*, Coimbra, 2012, pg. 257.
- *A difícil adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, in *Estudos Jorge Miranda*, Coimbra, 2012, pg. 87.
- *Comentário aos artigos 4º e 5º do Tratado da União Europeia*, in Manuel Porto e Gonçalo Anastácio (eds.), *Tratado de Lisboa – Anotado e Comentado*, Coimbra, 2012.
- *Como reformar o Estado e a Administração Pública?*, in Banco de Portugal et al. (eds.), *Para uma reforma abrangente da Organização e Gestão do Sector Público*, Lisboa, 2013.
- *Rapport introductif – La protection des droits fondamentaux en Europe avant et après l’adhésion de l’Union européenne à la Convention*

européenne des droits de l'homme, in Iliopoulos-Strangas et al., SIPE – 8º Congresso, sob o título The Accession of the EU to the ECHR, Baden-Baden, 2013, pg. 111.

- *O novo regime do investimento estrangeiro e da arbitragem internacional na União Europeia após o Tratado de Lisboa*, in Estudos Luiz Olavo Baptista, São Paulo, 2013, pg. 535.

- *Breves considerações sobre os modernos desafios para a arbitragem em matéria de investimento. Princípios substantivos*, in Estudos Odete Medauar, Belo Horizonte, 2013, pg. 251.

- *As principais inovações do Projeto do Código do Procedimento Administrativo*, in Cadernos de Justiça Administrativa, nº 100 (2013), pg. 128.

- *A revisão do Código do Procedimento Administrativo*, in Boletim da Ordem dos Advogados, Agosto/Setembro de 2013, pg.14.

- *Direito global, investimento estrangeiro e arbitragem internacional*, in Estudos Celso Lafer, São Paulo, 2013.

- *Linhas gerais da reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem*, in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, 2014-7, pg. 7.

- *A arbitragem em Direito Administrativo: alguns actuais desafios*, in Estudos Meilán Gil, Buenos Aires, 2014, pg. 439.

- *Un nouveau droit fundamental reconnu par le droit de l'Union européenne après Lisbonne: le droit à l'investissement étranger*, in Mélanges Jean-François Flauss, Paris, 2014, pg. 219.

- *The political implications of European economic integration – towards a political Union*, in Comissão Europeia (ed.), The political implications of European economic integration – towards a political Union, Bruxelas, 2014.

- *European Integration and European Social Market* (co-ed. com Gil Robles e Dario Velo), Bari, 2014.

- *L'indentité constitutionnelle de l'Union européenne et les valeurs communes*, in Laurence Potvin-Solis (ed.), Les valeurs communes dans l'Union européenne, Bruxelas, 2014, pg. 165.

- *La primauté du droit de l'Union européenne sur le droit portugais: un cas particulier*, in *Liber amicorum* Vlad Constantinesco, Paris, 2015, pg. 157.

- *A importância cada vez maior em Portugal da arbitragem em Direito Administrativo*, in *Arbitragem administrativa*, 2015, pg. 11.
- *How we might recover from the economic and social crisis through European integration deepening*, in Comissão Europeia (ed.), *Jean Monnet Conference 2014 – The future of EU studies*, Bruxelas, 2015, pg. 20.
- *Os princípios gerais da atividade administrativa no Código do Procedimento Administrativo depois da sua revisão*, in *Estudos Rui Machete*, Coimbra, 2015, pg. 263.
- *Supremacy of values in the European Union. The tests of the financial crisis and refugees*, comunicação apresentada à Conferência Jean Monnet, Bruxelas, Novembro de 2015, <http://jeanmonnet.ning.com/>
- *Bewahrung und Veränderung demokratischer und rechtsstaatlicher Verfassungsstruktur in den internationalen Gemeinschaften – 50 Jahre danach*, in *Archiv des öffentlichen Rechts*, Março 2016, pg. 144.
- *70 anos do Plano Schuman: o que já foi feito, o muito que falta fazer*, artigo de índole científica, in *Observador* de 9-5-2020, www.observador.pt
- *Os tribunais constitucionais nacionais e a integração europeia: algumas reflexões sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional Federal alemão de 5 de Maio de 2020*, artigo de índole científica, in *Observador* de 28-5-2020, www.observador.pt
- *Breve nota sobre o controlo judicial da aplicação das diretivas da União Europeia aos contratos públicos em Portugal*, in *Revista de Contratos Públicos*, nº 23 (Abril de 2020), pg. 5.
- *O “ato análogo à expropriação”*, in *Estudos Fernando Alves Correia*, Coimbra, 2023, pg. 223.
- *Subsidiarity and Sovereignty in the European Union*, in *Festschrift Rudolf Streinz*, Munique, 2023, pg. 55.
- *O alargamento da soberania dos Estados membros da União Europeia por efeito do princípio da subsidiariedade*, in *Estudos João Caupers*, Lisboa, 2024.

6.Contactos

Av. Álvares Cabral, 84, 2º
 1250 – 018 Lisboa
 Tel.: (351) 213703600
 Tm.: (351) 969033917
 Email: faustoquadros@gmail.com

Atualizado em Fevereiro de 2024.